



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - SBF
DIRETORIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS - DIFLOR**

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
Jan – dez 2003**

Versão Preliminar

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Papel Estratégico do Setor Florestal no Brasil.....	2
3. Florestas na Estrutura de Governo.....	4
4. Lógica de Intervenção das Políticas Públicas Florestais.....	4
5. Ações em Andamento.....	7

1. Introdução

O Brasil é o país com a segunda maior área florestal do mundo, ficando atrás apenas da Rússia que possui apenas florestas temperadas e boreais. As áreas florestais no Brasil somam 544 milhões de hectares e ocupam 64,3% de nosso território. Em nossas florestas, encontra-se a maior diversidade de espécies e ecossistemas do planeta e é habitada por uma das mais diversas e amplas concentrações de povos e culturas indígenas. Nossas florestas protegem a circulação de 20% da água doce disponível no mundo.

Também, no Brasil, está implantada uma das tecnologias mais avançadas para desenvolvimento de florestas plantadas e reflorestamento/recuperação de áreas degradadas. Em nenhum outro lugar do mundo, são alcançados índices de crescimento e produtividade em florestas plantadas como no Brasil.

Apesar de todo este potencial, o Brasil ocupa, no contexto global, uma posição tímida em relação ao desenvolvimento do setor florestal, em especial, na participação no mercado global de produtos e serviços florestais.

O Programa Nacional de Florestas (PNF) acredita que esta riqueza pode e deve ser um dos principais vetores para possibilitar ao país liderança, em nível mundial, na implantação da prática do desenvolvimento em bases sustentáveis, gerando renda e benefícios sociais e garantindo a conservação do meio ambiente e acesso aos recursos naturais para esta geração e as futuras.

O espaço do Setor Florestal no Governo Lula está sendo construído de forma integrada, para garantir que a solução final maximize a disponibilidade, no médio prazo, de recursos humanos, técnicos, políticos e financeiros, para o pleno desenvolvimento do setor. Neste documento, explica-se brevemente como estão sendo envolvidos os diversos setores do governo na construção deste espaço.

O Setor Florestal está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultura e espiritual do país, contudo este documento tratado setor florestal como vetor de desenvolvimento econômico.

2. Papel Estratégico do Setor Florestal no Brasil

O Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. Setores estratégicos da economia do país, como a siderurgia, a indústria de papéis e embalagens e a construção civil, estão estreitamente ligados ao setor florestal.

As cadeias de produção diretamente baseadas em produtos florestais madeireiros representam 4% do PIB brasileiro e 8% das exportações, além de recolher mais de R\$ 3 bilhões de impostos anualmente e gerar 2 milhões de empregos diretos e indiretos. Para as cadeias que envolvem produtos não-madeireiros e serviços não existem estatísticas precisas, mas estima-se que existam mais de 800 mil pessoas envolvidas apenas na Cadeia de Produção de erva-mate e outros produtos de folhas e frutos silvestres.

Todo este potencial é gerado com uma área de florestas plantadas que ocupa menos de 0,7% do território nacional e o manejo de menos de 10% da área de florestas naturais.

2.1. Cadeias de Produção

O setor florestal brasileiro pode ser dividido e analisado pelas cadeias de produção e serviços a ele associados, destacando-se:

- Papel e Celulose – indústrias de celulose, papéis de impressão, sanitários e de embalagens.
- Processamento mecânico da madeira – todo segmento de transformação da madeira sólida, remanufatura, painéis, compensados e componentes de mobiliário.
- Painéis reconstituídos de madeira indústria de chapas aglomeradas, MDF, OSB e HDF.
- Energia e Carvão Vegetal – indústria siderúrgica, lenha para consumo industrial e doméstico.
- Resinas Vegetais – indústria de colas, tintas, solventes.
- Fitocosméticos e Fitoterápicos
- Alimentos – especialmente a indústria de alimentos energéticos, frutas, sucos e refrigerantes de guaraná.

Existe ainda o setor de serviços, em especial a indústria do turismo (com ênfase ao Setor de Ecoturismo), e serviços ambientais, como captação de carbono e conservação da água.

Apesar de algumas cadeias de produção serem mais específicas do ponto de vista florestal, em geral a indústria de base florestal é constituída de interações complexas, que envolvem insumos de base florestal plantada e de florestas naturais e insumos de madeira e de produtos não-madeireiros.

De forma geral, a indústria florestal é caracterizada por duas áreas distintas de produção de insumos florestais: (i) Florestas Naturais e (ii) Florestas Plantadas.

Apesar da especificidade de parte das cadeias de produção, em geral a indústria de base florestal é constituída de interações complexas que envolvem insumos de base florestal plantada e de florestas naturais e insumos de madeira e de produtos não-madeireiros.

2.2. Florestas Naturais

As florestas naturais são a principal fonte de madeira para processamento mecânico no Brasil, abastecendo, em especial, a indústria de construção civil e móveis. Dessas florestas saem ainda lenha e carvão para produção de energia e abastecimento das siderúrgicas, além de ampla gama de produtos não-madeireiros, utilizados na indústria de alimentos, resinas, fitoterápicos e fitocosméticos.

As florestas naturais são também um imenso estoque de recursos genéticos, que são fonte fundamental insumos especialmente para indústria farmacêutica e química. O acesso aos recursos genéticos, cuja legislação encontra-se atualmente em fase de revisão, possui potencial para sozinho tornar-se mais rentável que todo o atual setor florestal brasileiro.

No que diz respeito à produção em áreas naturais no Brasil, podem ser indicadas, basicamente, três realidades distintas:

- **Mata Atlântica** – super explorada de forma insustentável, especialmente, no século 20, tem apenas 7% da cobertura florestal original. As atividades econômicas concentram-se, atualmente, no ecoturismo, na produção de não-madeireiros para artesanato (ex: sisal) e na indústria de alimentos (ex: Erva Mate), fitoterápicos (ex: Espinheira Santa) e fitocosméticos (ex: Confrei).
- **Biomass secos (Caatinga e Cerrado)** – Estes biomas compreendem 20% das áreas florestais do Brasil e são formados por florestas de baixa estatura e grande concentração de espécies de alta

densidade e excelente poder calorífico. A economia florestal se concentra na produção de lenha e carvão para energia e, em menor escala, na produção de frutos (ex: pequi), ceras e extratos (ex: Carnaúba).

- **Amazônia** – Com 410 milhões de hectares, representa mais de 45% do território nacional. A região é responsável por 75% da produção para indústria de processamento mecânico da madeira. Possui enormes cadeias de produção de látex, castanha, frutas e resinas, que envolvem grande parte da população rural.

Boa parte da produção em florestas naturais ainda é realizada de forma não sustentável e predatória, mas na última década houve grande evolução no entendimento dos modelos viáveis de manejo sustentável. É urgente e necessário o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam e incentivem as atividades sustentáveis e desestimulem, restrinjam e controlem as atividades insustentáveis.

Em muitas situações, as florestas são destruídas por pressão de outros setores da economia, notadamente a agricultura, a mineração e pela implantação de empreendimentos de infra-estrutura de energia e transporte. O desenvolvimento de políticas públicas, que integrem os diversos âmbitos do governo, é fundamental para viabilizar uma economia de base florestal sustentável do ponto de vista financeiro, ambiental e social.

2.3. Florestas Plantadas

As florestas plantadas são a fonte de matéria prima para toda a indústria de papel e celulose à painéis reconstituídos de madeira, setores bastante verticalizados da economia. Contribuem, também, significativamente para produção de carvão para indústria siderúrgica e de lenha para consumo industrial e doméstico, especialmente nas regiões Sudeste e Sul do país. Ainda, abastecem 25% da indústria de processamento mecânico da madeira, produzem óleos essenciais (folhas de eucalipto e resina de Pinus) e frutos (Araucária).

Entre as décadas de 60 e 80, houve grande expansão da base florestal plantada no Brasil, que chegou a atingir 6,5 milhões de hectares. Este crescimento foi baseado numa política de incentivos (especialmente fiscais), promovida pelo governo brasileiro. O Brasil é, desde então, uma referência internacional em tecnologia de plantio de florestas de rápido crescimento. A produtividade média das florestas plantadas triplicou em pouco menos de três décadas.

No primeiro momento, as florestas plantadas serviram e foram focadas na produção de fibras para papel e celulose, chapas e energia. Durante a década de 90, houve grande expansão da área de produtos sólidos (ex: móveis) e o uso múltiplo das florestas plantadas cresce gradualmente.

O desenvolvimento dessas florestas trás benefícios sociais e ambientais importantes, especialmente, na substituição de produtos oriundos de manejo predatório de florestas naturais, geração de emprego e renda e aproveitamento de áreas marginais e degradadas. Toda a tecnologia desenvolvida para os plantios comerciais serviu de base para um grande desenvolvimento de técnicas de recuperação e reflorestamento de áreas degradadas, de preservação permanente e de reserva legal.

Por outro lado, a expansão das florestas plantadas e sua indústria associada está relacionada a uma série de impactos negativos e problemas que incluem uso extensivo de espécies exóticas em monoculturas, conflitos por posse de terra, conversão de vegetação nativa em florestas plantadas (com incidência, no passado recente, na Mata Atlântica e, mais recentemente, no cerrado), modelos de produção fomentada desiguais para o pequeno produtor, ocupação de áreas de preservação permanente, entre outros.

Ainda assim, as florestas plantadas representam uma das atividades de plantio (ou uso intensivo do solo) que têm a melhor performance ambiental. Em geral, utilizam baixíssima quantidade de agrotóxicos e mantêm a cobertura do solo, promovendo sua conservação e diminuindo riscos de assoreamento de cursos d'água. Entre as áreas que ocupam, existem cerca de 30 a 40% de áreas de reservas florestais naturais, que ganham uma excelente proteção contra fogo ou predação.

Cerca de 20% das florestas plantadas, no Brasil, já possui o certificado FSC – Forest Stewardship Council, o mais reconhecido sistema de certificação florestal independente em operação no mundo.

Apesar desta situação, a área de florestas plantadas caiu para 4,9 milhões de hectares nos últimos anos, pressionado pelo aumento do consumo de carvão vegetal na indústria siderúrgica, o aumento do valor da

terra próximo aos pólos de produção florestal na região Centro Sul e a ausência de mecanismos de financiamento da produção adequados às características de rentabilidade e prazos da atividade florestal.

3. Florestas na Estrutura de Governo

O tema florestal é extremamente complexo e envolve ações em setores distintos, como regularização fundiária, crédito e financiamento, regulamentação ambiental, pesquisa, treinamento e capacitação, desenvolvimento industrial, entre outros. Além disso, trata de um setor que se relaciona diretamente com mais de 60% do território nacional coberto por florestas.

Nos principais países, cujo setor florestal é bem desenvolvido, como Canadá, Estados Unidos, Suécia, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, existe uma estrutura florestal forte e focada na cadeia de produção.

Apesar da importância do setor, até o ano 2000, o Brasil não contava sequer com previsão orçamentária no Plano Plurianual, dedicado ao setor florestal.

3.1. O Programa Nacional de Florestas

Para iniciar a estruturação de uma política florestal para o país, foi lançado, em 2001, o Programa Nacional de Florestas (PNF), criado pelo Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000. Para a sua elaboração, foram acolhidas diversas sugestões advindas de um processo de consulta pública, que envolveu mais de 600 instituições do setor florestal, incluindo movimentos sociais, organizações ambientalistas, acadêmicos, profissionais liberais, pequenos e médios produtores florestais e empresários. Também atuou decisivamente o Grupo Interministerial de Trabalho, composto pelos Ministérios da Agricultura e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

O PNF tem a missão de promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas, e de compatibilizar a política florestal com as demais políticas públicas, de modo a promover a ampliação dos mercados interno e externo, bem como o desenvolvimento institucional do setor. A coordenação do PNF é exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, através de Diretoria inserida na estrutura da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

No Programa, foram estabelecidas 10 linhas temáticas de ação e uma série de metas estratégicas. Contudo, sua implementação foi bastante prejudicada pela falta de um plano de ação e implementação específico, pelo descompasso entre o PPA vigente e o programa, criado posteriormente, e pela falta de recursos.

Ao tomar posse, a nova Coordenação do PNF iniciou imediatamente o processo de planejamento, dividido em duas frentes: (i) definição de um plano de ações para 2003 e (ii) estabelecimento das metas e programas para o Plano Plurianual de 2004-2007.

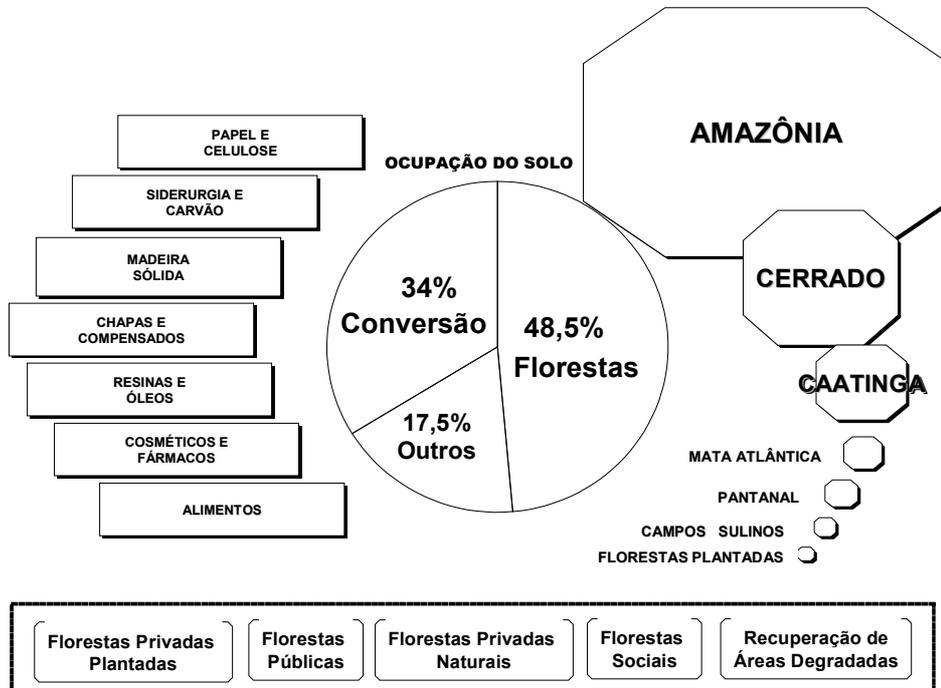
4. Lógica de Intervenção das Políticas Públicas Florestais

Para orientação das políticas públicas florestais, foram definidos cinco setores de trabalho a partir do universo de Cadeias Produtivas (2.1) e biomas e/ou tipos de floresta de produção (2.2 e 2.3):

- **Florestas Plantadas Privadas** – florestas plantadas de produção de domínio privado em todos os biomas, com espécies nativas ou exóticas, produzindo produtos madeireiros e não madeireiros.
- **Florestas Públicas** – florestas de produção (naturais ou plantadas) em áreas públicas incluindo unidades de conservação de uso direto (ex: Florestas Nacionais).
- **Florestas Naturais Privadas** – florestas naturais de domínio privado, tituladas ou com sessão de real de uso (ex: áreas privadas de manejo florestal na Amazônia e caatinga).
- **Florestas Sociais** – florestas cuja gestão se dá a partir de estrutura familiar ou comunitária (ex: assentamentos, reservas extrativistas, terras indígenas e quilombolas).

- **Recuperação de Áreas Degradadas** – engloba as áreas alteradas que necessitam de recuperação da cobertura florestal em especial as áreas de preservação permanente e reserva legal.

Figura 1. Setores de Trabalho do Programa Nacional de Florestas (2003)

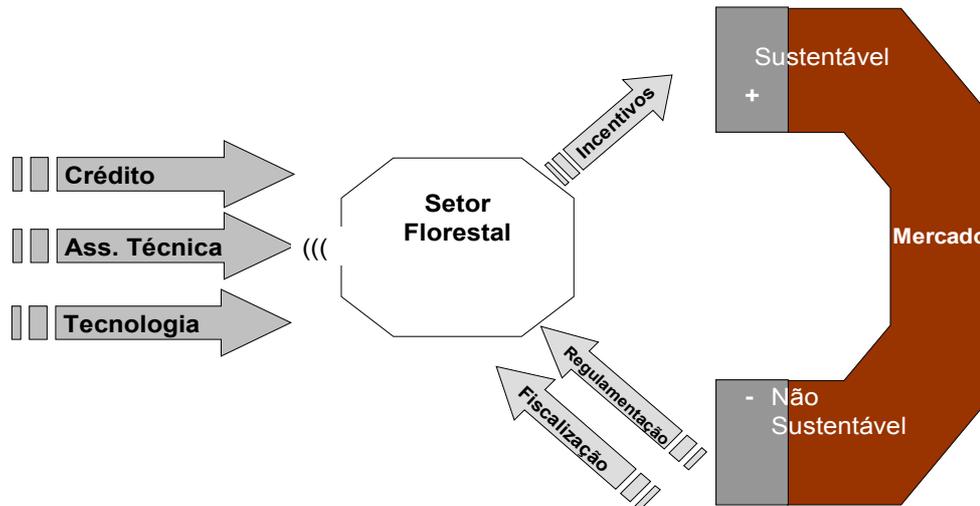


Para estes setores, foi identificado um modelo de aplicação de políticas públicas com seis eixos (figura 2). Imagina-se o mercado como um ímã que atrai os diversos setores da economia. Este ímã tem dois pólos, um mercado que demanda produtos/processos/serviços sustentáveis e outro oposto. Considerando um determinado setor como uma esfera metálica, ele é naturalmente atraído pelo mercado. Em geral, sua inércia o leva para o mercado insustentável, que geralmente representa menores investimentos e custos (ex: sonegação de impostos) e menor burocracia (ex: plano de manejo).

Tomando como missão do PNF a promoção do desenvolvimento sustentável, conciliando o uso de conservação dos recursos florestais com a aplicação correta de políticas públicas, o setor deve ser levado na direção do mercado sustentável. Para tanto, foram identificados seis instrumentos gerais de políticas públicas que podem interferir no tamanho da esfera, na sua velocidade e direção:

- **Instrumentos de Fomento:** são os motores, sua presença dá aceleração ao setor.
 - **Crédito:** instrumentos de financiamento da atividades produtiva tanto de investimento como de custeio.
 - **Assistência Técnica:** todos os aspectos da educação incluindo treinamento, capacitação e acompanhamento técnico.
 - **Informação & tecnologia:** pesquisa tecnológica e geração e disseminação de informação.
- **Instrumentos regulatórios:** são os instrumentos desenvolvidos para regular o setor, levando-o a caminhar em direção à sustentabilidade. Inclui a formulação de leis e regulamentos (regulamentação) e o monitoramento para garantir o seu cumprimento (fiscalização).
- **Instrumentos de Incentivo:** são estimulantes para que o setor rume no sentido da sustentabilidade. Pode incluir incentivos fiscais, tributários e creditícios entre outros.

Figura 2: Lógica de Intervenção dos Instrumentos de Políticas Públicas no Setor Florestal



A intervenção da política pública implica em colocar em operação os seis instrumentos mencionados, definindo a intensidade e direção dos diferentes instrumentos. Por exemplo, a aplicação de uma forte política de crédito e assistência técnica, orientada para a produção sustentável, pode permitir uma diminuição ou redirecionamento do esforço de fiscalização.

4.1. Setores de Trabalho e Políticas Públicas

A partir da identificação dos setores de trabalho (figura 1) e dos instrumentos de políticas públicas (figura 2), foi definida uma matriz para definição do estado atual (abril 2003) das políticas públicas no setor florestal (tabela 1).

Tabela 1:

	<i>Floresta plantada</i>	<i>Florestas públicas</i>	<i>Florestas nativas privadas</i>	<i>Florestas sociais</i>	<i>Áreas em recuperação</i>
<i>Assistência técnica</i>	✓	○	○	○	x
<i>Tecnologia</i>	✓	○	○	○	✓
<i>Crédito</i>	○	x	x	○	x
<i>Incentivos</i>	○	x	x	○	x
<i>Acesso ao recurso*</i>	✓	○	x	○	~
<i>Regulamentação</i>	○	x	○	○	○
<i>Monitoramento e controle</i>	✓	○	x	○	x

(✓) - política pública existente; (○) política pública insuficiente/deficiente; (x) política pública ausente ou incipiente.

* embora esteja incluído em regulamentação, foi separado devido a sua relevância em especial para manejo de florestas naturais.

A partir deste quadro, foram identificadas ações que pudessem atacar as áreas críticas (o;x) desta matriz. Na sessão 5, são apresentadas as ações em andamento.

5. Ações em Andamento

O Programa Nacional de Florestas apresenta como passivo a falta de um mecanismo de participação e controle social, que permita orientar as diretrizes e avaliar os resultados das ações de forma que a sociedade, representada pelos diversos grupos de interesse, sinta-se parte integrante do programa. Para tanto, durante o primeiro semestre foi negociado e desenvolvido o CONAFLOR que foi criado pelo Decreto Presidencial de 4864 de 24 de Outubro de 2003.

O **CONAFLOR** é o Comitê Coordenador do Programa Nacional de Florestas, com 37 representantes distribuídos paritariamente entre governo (18) e sociedade civil (19), incluindo nove ministérios e governos estaduais, academia, associações de classe, movimentos sociais e ONGs. Este Comitê fornecerá as diretrizes para a implementação das ações do Programa Nacional de Florestas e permitirá articular a participação social na gestão das florestas, o que atende a uma das principais orientações do MMA.

Três áreas necessitam de atenção especial para atividades de fomento florestal:

- (a) **Expansão da Base Florestal Plantada de forma Sustentável** – a base florestal plantada precisa ser ampliada para atender ao mercado crescente para produtos florestais de fibras e madeira, além do carvão e lenha, que representam uma importante fonte de energia. Ações são importantes para viabilizar o plantio de pelo menos 400 mil ha por ano (incluindo áreas de replantio após o corte). As ações para fomentar o plantio estão sendo focadas (i) na pequena produção para aumentar os benefícios sociais e evitar grandes maciços monoculturais; (ii) no uso de uma maior diversidade de espécies e (iii) em sistemas de plantio que garantam qualidade social e ambiental.
- (b) **Expansão da Base Florestas Naturais com Manejo Sustentável** – cerca de 70% da produção de madeira de florestas nativas provém de áreas de desmatamento (legais e ilegais). É preciso aumentar a produção a partir do manejo florestal sustentável na Amazônia (especialmente para uso industrial) e na Caatinga (especialmente para uso energético – carvão e lenha), tanto em áreas privadas como em áreas públicas de uso sustentável. As ações de fomento visam fortalecer e estimular o manejo florestal sustentável refletidas, por exemplo, no sistema de certificação florestal FSC – Conselho de Manejo Florestal.
- (c) **Recuperação de Áreas Degradadas** – estima-se que exista no Brasil 100 milhões de hectares de áreas degradadas que precisam ser recuperadas. As atividades de fomento darão especial atenção às áreas de preservação permanente e reserva legal das propriedades.

Para realizar os dois esforços acima estão sendo tomadas as seguintes ações:

CRÉDITO – O setor florestal conta historicamente com pouquíssimas alternativas de crédito, dentre as existentes, são submetidas a condições que não se adaptam aos prazos, carência e garantias possíveis para o setor. Assim, está sendo feito um esforço para viabilizar crédito para o setor florestal, baseado em condições adequadas para atividade e com enfoque em atividades de base sustentável. Tal medida inclui:

- PROPFLORA – programa de crédito ao reflorestamento para médio produtor com recursos do BNDES e operado pelo Banco do Brasil. Embora criado em 2002, o Programa ainda não conseguiu operar mais de 0,5 % da carteira, motivo pelo qual encontra-se em revisão.
- PRONAF Florestal – programa para financiamento do produtor familiar. Programa implantado em 2002, com foco no bioma Mata Atlântica e em reflorestamento. Foi ampliado para todos os biomas e inclusão do manejo de florestas naturais, incluindo produtos madeireiros e não madeireiros.
- FNO FLORESTA – programa de crédito do Banco da Amazônia para atividades florestais em florestas nativas na Amazônia. Criado no governo passado (em 2001) com o nome de ProFloresta, jamais teve um projeto aprovado. Em 2003 estabelecemos uma GT com participação do MMA, IBAMA, BASA e representantes da indústria, ONGs e trabalhadores para revisar as regras do programa e todo sistema de crédito. Foram aprovados os primeiros projetos de crédito para uma empresa e uma associação comunitária. Para 2004 já estão disponíveis R\$ 40 milhões para crédito do setor florestal.
- FUNDO PARA A RECUPERAÇÃO DE MANACIAIS – Edital montado, juntamente com o FNMA, para estimular e financiar a recuperação de florestas em áreas de mananciais.

- EMPRÉSTIMO BANCO MUNDIAL – está sendo negociada um empréstimo junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 80 milhões para financiar a implementação do PNF. Foi aprovado o projeto de formulação da proposta de empréstimo no total de US\$ 800 mil. A proposta de empréstimo estará pronta em Novembro de 2004.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO – se hoje todas as empresas do setor florestal resolvessem trabalhar de forma sustentável, não existiria capacidade no país para atender o setor. Também, os pequenos produtores têm extrema dificuldade de ter acesso a informação sobre como trabalhar com florestas. Para enfrentar este problema, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- CENAFLORE - o Centro de Apoio ao Manejo Florestal foi criado em outubro de 2003 e articulará as atividades de treinamento e capacitação na área florestal, contando com bases de campo em vários estados. Pretende-se atingir uma capacidade de treinamento de 1500 profissionais anualmente em todos os níveis. Levantou-se durante 2003 um total de R\$ 17 milhões para aplicação em treinamento e capacitação para os próximos 3 anos.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PEQUENO PRODUTOR – através de editais, em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, estão sendo contratadas instituições locais para prover treinamento e capacitação de extensionistas e assistência técnica continuada para produtores rurais nos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia. O programa envolve também a preparação dos produtores para acessarem e aplicarem recursos do PRONAF Florestal. Em 2003 foram contratados as instituições que atuarão na Mata Atlântica e foi lançado o edital para as instituições que atuarão na região da Caatinga. Para 2004 serão lançados os editais para Cerrado e Amazônia.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ASSENTAMENTOS - foi elaborado em parceria com o INCRA num seminário nacional as orientações metodológicas para treinamento e capacitação manejo florestal e agroecologia para os extensionistas de assentamentos. No primeiro trimestre de 2004 serão treinados 1500 extensionistas.

INFORMAÇÃO, PESQUISA E TECNOLÓGICO – embora em algumas áreas o Brasil tenha conseguido desenvolver tecnologia de ponta, como no caso de plantios florestais de rápido crescimento, existe uma carência enorme de pesquisa e informação na área florestal. As estatísticas do setor são dispersas e não existe um sistema de monitoramento do crescimento, desenvolvimento e saúde das florestas no país. A falta de recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico é um fator limitante grave. As ações de fomento nesta área incluem:

- FUNDO SETORIAL PARA PESQUISA – desenvolvimento junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia do Fundo Setorial exclusivo para pesquisa e desenvolvimento para o setor florestal. O Fundo deve ser lançado no primeiro trimestre de 2004.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO FLORESTAL – Começou a ser estruturado o Sistema Nacional de Informações Florestais que incluirá entre outras ações a incorporação da atividades florestal no Censo Agropecuário além de um sistema de monitoramento das florestas brasileiras através de uma rede de parcelas permanentes entre outras iniciativas. Foram feitos os seguintes passos em 2003:
 - Treinamento sobre o *Forest Resource Assessment* da FAO (Roma, Itália)
 - Formação da Rede de Parcelas Permanentes na Amazônia.
 - Apoio à Rede de Parcelas Permanentes da Caatinga
 - Apoio à levantamento de dados e publicação da Revista Florestar Estatístico (Fundação Florestal, SP)
 - Apoio à Publicação do Livro Fatos Florestais da Amazônia (Imazon, PA)
 - Negociação com IBGE da inclusão do tema florestal no senso agropecuário 2005.
- ESTUDOS ESTRATÉGICOS – o PNF conta com um programa específico que desenvolve estudos estratégicos para orientar as políticas públicas de fomento a atividade florestal sustentável na Amazônia Brasileira. Estes estudos permitiram por exemplo criar um mecanismo inovador de destinação das toras de mogno apreendidas pelo IBAMA que gerarão um Fundo de Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável a ser operado pelos movimentos sociais da região de Altamira onde as toras foram extraídas ilegalmente.

REGULAMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE – está sendo realizado um esforço grande para revisar as regulamentações da atividade florestal para torná-lo mais simples e menos burocrático ao mesmo tempo que mais eficiente e seguro como ferramenta de controle da atividade predatória. Todas as ações são realizadas em estreita parceria com o IBAMA através da Diretoria de Florestas e Diretoria de Proteção Ambiental.

- SISTEMA DE CONTROLE POR SATÉLITE DA EXPLORAÇÃO E TRANSPORTE DE TORAS NA REGIÃO AMAZÔNICA – novo sistema que poderá substituir o controle hoje realizado com base nas ATPF – Autorizações de Transporte Florestal, que é um sistema sujeito a fraudes e propicia diversas situações de corrupção. Os testes já estão sendo realizados pelo IBAMA em parceria com 4 empresas certificadas desde outubro 2003.
- REVISÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NA MATA ATLÂNTICA – a despeito de sua clara necessidade de conservação, a Mata Atlântica continua sendo seriamente ameaçada por diversas atividades predatórias. Os mecanismos de fiscalização tem sido frágeis e ineficientes e estão sendo revisados. PNF participou do seminário sobre fiscalização na Mata Atlântica.
- DESMANTELAMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ILEGAL DO MOGNO – um dos maiores passivos recebidos por esta gestão foi a falta de solução dada para as questões do Mogno apreendido em autos administrativos. Dezenas de milhares de m³ de madeira apreendidos espalhados pelo Brasil, alguns lotes a mais de 2 anos, sem estratégia para destiná-los e sem orientação para regulamentar a atividades. Para esta situação, foi elaborado um arcabouço de soluções, com vista a solução dos diversos casos, com trabalhos de 4 diferentes frentes do governo e sociedade civil. Foram dados os seguintes encaminhamentos:
 - Criação de mecanismo inovador de destinação da madeira apreendida. Processo iniciado em Fevereiro chega ao final do ano com o primeiro fundo (Fundo Dema) constituído com R\$ 3 milhões oriundos de uma doação de 14 mil m³ de mogno apreendido.
 - Definição das novas regras de manejo do Mogno (Portaria 07 – 22/08/2003)
 - Definição dos Sistema de Controle de exportação para atender as regras da Cites para o Anexo II. (Portaria 06 – 22/08/2003)
- REVISÃO DA PORTARIA 83, de 1996 QUE REGULAMENTA A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS – a portaria define uma série de restrições a exportação de produtos florestais, que foram estabelecidas num contexto onde não existia a Política Nacional de Biodiversidade e quando a efetiva implantação de projetos de manejo florestal ainda não era uma realidade em escala comercial. Por meio da Portaria 83, de 1996, resta proibido, por exemplo, a exportação de carvão feito com resíduos. A nova portaria está publicada ainda em dezembro de 2003.
- REVISÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGULAMENTA O MANEJO FLORESTAL – a famosa IN 4 foi editada no governo anterior e apresenta uma série de problemas, inclusive de ordem jurídica, que estão sendo questionados fortemente. A revisão visa criar uma regra estável, tecnicamente consistente e juridicamente bem estruturada.
- REPOSIÇÃO FLORESTAL – Está sendo reformulado o mecanismo da taxa de reposição florestal cobradas dos consumidores de madeira para que ela seja efetivamente convertida em florestas plantadas e bem manejadas.
- CONTROLE DA ATIVIDADE ILEGAL E NÃO SUSTENTÁVEL- considerando a realidade de que 95% do suprimento de madeira na região amazônica provêm de fontes não sustentáveis o MMA em parceria com o IBAMA realizaram um enorme esforço coordenado para provocar o início de uma profunda reformulação do setor florestal na região.
 - REVISÃO DOS PLANOS DE MANEJO NA AMAZÔNIA – amplo processo de revisão dos Planos de Manejo incluindo obrigatoriedade de laudos dos técnicos responsáveis e vistas de campo as projetos aptos.
 - CHECAGEM E APURAÇÃO DE FRAUDES COM ATPF – revisão dos dados de ATPFs no estado do Pará que levou a autuação e abertura de processo criminal contra 184 empresas que emitiam ATPF calçada ou falsa.

ACESSO REGULADO AO RECURSO FLORESTAL – Para que o manejo florestal possa ser efetivado é preciso garantir a regularidade fundiária e o acesso justo e regulado aos recursos florestais. Neste campo, existe um imenso caminho a se percorrer, em especial na região Amazônica, para garantir o acesso regulado aos recursos florestais

- **ORDENAMENTO DO SETOR FLORESTAL NA REGIÃO AMAZÔNICA** – Nos estados do PA, MT e RO foram criados grupos de trabalho para o ordenamento do setor florestal. Os grupos estão trabalhando as diversas opções de organização do setor baseado em bases sustentáveis.
- **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** – desenvolvimento de ação articulada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça, para atacar o problema da regularização fundiária nas áreas mais críticas de pressão sobre a floresta. Num esforço conjunto com IBAMA e INCRA foi suspensa a aprovação de planos de manejo em terras públicas e constituído um grupo de trabalho.
- **MANEJO FLORESTAL EM TERRAS PÚBLICAS** – Esta sendo elaborado o projeto de lei que regulamenta a concessão de uso para manejo florestal em florestas públicas que irá substituir o atual sistema de privatização a partir da venda/alienação de terras públicas. Um GT está sendo estabelecido em dezembro e terá uma proposta pronta em Fevereiro de 2004 para envio ao Congresso Nacional.
- **ASSENTAMENTOS FLORESTAIS** – desenvolvimento de um modelo de assentamento para áreas florestais, que complemente as modalidades de Reserva Extrativista e Projeto de Assentamento Agroextrativista. Foi estabelecido um Grupo de Trabalho por portaria interministerial entre MDA e MMA para desenvolver os mecanismos de implementação dos Assentamentos Florestais. A portaria que cria a modalidade de Projetos de Assentamentos Florestais (PAF) será assinada em 15 de Dezembro de 2003.
- **FLORESTAS NACIONAIS** - Ampliação da área de florestas públicas com a criação da Floresta Nacional de Mata Grande, a primeira em área de cerrado e Floresta Estadual de Uaimii em parceria com o governo do Estado de Minas. Ambas as áreas serão destinadas a produção sustentável de produtos não madeireiros como parte da estratégia de conservação. Outras 8 Florestas Nacionais na Amazônia foram estudadas e estão em processo final de consulta antes da criação.
- **SUSTENTABILIDADE EM PLANTIOS FLORESTAIS** – durante o ano de 2003 iniciou-se o processo de definição de critérios para promover a sustentabilidade de plantios florestais. Neste sentido foram realizados dois seminários temáticos:
 - Seminário “Dispersão de Sementes e Regeneração do Gênero Pinus”.
 - Seminário “Plantações Florestais - Bases científicas para maximizar os valores ambientais e sociais”

ARTICULAÇÃO POR BIOMA - Observando a diretriz governamental de estratégias por Bioma, além do trabalho específico nos sistemas de monitoramento e fiscalização na Amazônia, o PNF está desenvolvendo um projeto integrado de conservação e manejo no Bioma Caatinga, a ser lançado no segundo semestre:

- **PROJETO CAATINGA** – Projeto visa a articulação de ações em 9 regiões prioritárias do semi-árido brasileiro, envolvendo promoção do manejo florestal, criação de unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas e manutenção de corredores ecológicos, englobando 161 municípios em nove Estados.

Além das ações e projetos acima, a equipe do PNF vem trabalhando em articulações interinstitucionais, tais como:

- **FORO DE COMPETITIVIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS:** coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio visa promover a cadeia produtiva e inclui a superação dos entraves para insumos críticos, especialmente florestas bem manejadas.

Versão Preliminar

- GRUPO DE TRABALHO DE MANEJO FLORESTA COMUNITÁRIO: apoio e participação na reunião geral do Grupo em Brasília e desenvolvimento de proposta de cooperação e desenvolvimento de estudos estratégicos de suporte ao manejo florestal comunitário.
- FORUM DAS ENTIDADES DE PESQUISA UNIVERSIDADE – EMPRESA: participação na reunião do fórum em Santa Maria/RS e articulação para apoiar a criação de novas instituições com modelo Universidade-Empresa (hoje centradas na região Sudeste e Sul) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.
- REDE BRASILEIRA DE SEMENTES FLORESTAIS: apoio e participação da reunião da Rede Brasileira de Sementes e estabelecimento, em parceria com o MAPA, do Grupo de Trabalho de Regulamentação da Produção e Comercialização de Sementes Florestais.
- PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – desenvolvidos por duas iniciativas: CERFLOR junto ao INMETRO e FSC, junto ao Conselho Brasileiro de Manejo Florestal.
- FÓRUM DE FLORETAS DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFF): participação sessão anual que aconteceu em Genebra e em duas iniciativas lideradas por países (lead country initiatives): (i) Monitoramento e Avaliação da Implementação das Recomendações do IFF/IPF e (ii) plantações florestais realizado na Nova Zelândia; (iii) descentralização da gestão florestal – reunião preparatória em Genebra.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MADEIRAS TROPICAIS – ITTO: participação da reunião anual da ITTO, no Panamá, e articulação das proposta de revisão do acordo de madeiras tropicais (ITTA).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO): participação na reunião bianual dos países membros (COFO), desenvolvimento do *Forest Resource Assessment* e continuidade de projetos de cooperação.

Por fim, existem no campo dezenas de projetos em andamento, relacionados a convênios de cooperação com municípios e organizações não-governamentais, firmados nos anos anteriores que estão sendo monitoradas e avaliadas.